

ANC 025

Modelo agrícola pode mudar com a anistia

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — A anistia das dívidas contraídas por pequenos empresários rurais e urbanos durante o Plano Cruzado, se aprovada pela Constituinte no segundo turno de votação da nova Carta, poderá apressar o rompimento do atual modelo brasileiro de política agrícola, fortemente baseado no crédito oficial. O secretário-geral e titular interino do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, disse ontem, em entrevista à Agência Estado, que esta aceleração será forçada pelo fato de que a devolução dos empréstimos concedidos aos agricultores em 86 e 87 é que compõe, em sua maior parte, os recursos previstos no orçamento de crédito da União para o custeio da próxima safra agrícola.

O ministro da Fazenda, Mafison da Nóbrega, desde a sua posse, em janeiro passado, prega o fim dos financiamentos oficiais ao plantio das safras, enfrentando forte oposição do setor agrícola. Com a eventual aprovação da anistia, os recursos do Tesouro reservados ao crédito rural, já reduzidos no orçamento da União em 88, serão ainda mais comprimidos. Os grandes produtores e os que operam em setores mais rentáveis e competitivos do setor agrícola, segundo Ximenes, deverão buscar crédito nos bancos privados. A rede oficial passaria a atender, exclusivamente, os pequenos produtores.

COMPREENSÃO

O ministro interino da Fazenda

da não acredita que a falta de crédito oficial para o custeio possa comprometer a próxima safra agrícola. "Nenhum estudo técnico provou, até hoje, esta relação de causa e efeito", assegurou Ximenes. Sua confiança é reforçada pelo fato de que os grandes agricultores, mais afetados por uma eventual compressão de créditos, "sempre poderão encontrar alternativas de financiamento nos bancos privados". A médio prazo, segundo Ximenes, a meta do governo é limitar sua participação no setor agrícola à garantia de preços e sustentação de programas de pesquisa e investimento.

A anistia das dívidas do Plano Cruzado, na avaliação de Ximenes, é uma "possibilidade concreta", uma vez que já foi aprovada no primeiro turno de votação da nova Carta. Já a possibilidade de que um impasse entre os poderes Judiciário e Executivo termine por forçar o pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) suspenso por dois meses no setor público parece não produzir grande preocupação a Ximenes. As informações a respeito de uma crescente pressão por parte dos tribunais federais (inclusive militares) em favor da rápida reposição da URP, segundo Ximenes, não passam "de notícias de jornal". A Fazenda, segundo ele, continua confiante na economia de Cz\$ 750 bilhões que a suspensão da URP vai proporcionar na administração direta da União.